

**O pós-abolição em foco:
hierarquias, lealdades e tensões sociais no Recôncavo sul baiano
durante a Primeira República**

Edinélia Maria Oliveira Souza *

RESUMO: Este texto apresenta reflexões parciais sobre experiências vividas por egressos da escravidão e seus descendentes no Recôncavo sul baiano durante o pós-abolição e as primeiras décadas da República brasileira. Analisa formas de sobrevivência, organização social e situação de mobilidade, rastreadas em fontes locais, como memórias, documentos notariais, processos crimes e jornais locais.

PALAVRAS – CHAVE: Recôncavo-sul; pós-abolição; memórias.

ABSTRACT: This text presents partial reflections about experiences lived by egresses of the slavery and their descendents in the South-Recôncavo of Bahia, during the after-abolition and the first decades of the Brazilian Republic. It analyses ways of survival, social organization and situation of mobility, tracked in local sources, such as memories, documents, crime processes and local newspaper

KEY-WORDS: South-Recôncavo; after-abolition; memories.

A partir de reflexões instigadas pela história social, pretende-se aqui apresentar as primeiras reflexões sobre as formas de sobrevivência, organização social e situação de mobilidade que demarcaram o contexto pós-abolicionista no Recôncavo sul da Bahia durante a Primeira República, evidenciando experiências vividas por egressos da escravidão e seus descendentes. Para tanto, considera-se as complexidades que envolvem a identificação e localização desses indivíduos, como também as marcas da diferenciação ou desigualdade entre estes e os fazendeiros, ao tempo em que se procura enfatizar atitudes e comportamentos que expressavam lealdades, tensões e arranjos sócio-políticos no processo de constituição de sociabilidades e hierarquias que movimentava as relações de poder no âmbito local/municipal.

Ora, sendo o sistema oligárquico característico dos primeiros tempos da República Brasileira, formado por regras de decisão distintas para pequenos grupos nos quais está concentrado o poder econômico, constitui um grande desafio pensar o funcionamento interno do jogo político oligárquico, a maneira como este se formou e atuou no cotidiano dos indivíduos em uma região específica. Assim, tomando como ponto de partida as relações estabelecidas entre os fazendeiros e o “campesinato”, expresso em variadas categorias de

* Professora Assistente do DCH/Campus V - Universidade do Estado da Bahia; Doutoranda em História Social pela UFRJ.

trabalhadores rurais amplamente representados no Recôncavo sul baiano por egressos do cativo, pretende-se apreender traços característicos dessas relações que permitam reavaliar o “coronelismo” percebido como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. Logo, questiona-se a visão dicotômica em que de um lado estariam os chefes municipais e os *coronéis* que “conduzem magotes de eleitores, como quem troca tropa de burros” e de outro estaria “a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça” (LEAL, 1975: 43).

É, pois, colocando em dúvida essa concepção dicotômica, e adentrando com mais afinco no universo das fontes locais, que podemos identificar a complexidade do mecanismo interno do “coronelismo”, de forma que para além da reciprocidade entre o poder local e o estadual o que se problematiza são as relações estabelecidas entre os trabalhadores rurais com os fazendeiros, com eles mesmos e também com o Estado. Afinal, essa pode ser uma chave importante para se compreender como se construíram as trajetórias de vida de descendentes de escravos, no sentido de analisar de que forma os conflitos e as conformações acompanhavam a dinâmica dos “níveis de equilíbrio” observados nas vivências sociais do pós-abolição no Recôncavo sul da Bahia.

Obviamente no sistema valorativo do Estado republicano brasileiro, os fazendeiros ocupavam posições de poder e status hierarquicamente superiores aos trabalhadores rurais egressos ou descendentes do cativo, embora tais posições não inibissem a existência de outros laços nas relações cotidianas. No Recôncavo sul baiano havia uma certa prática de *cortesias* entre fazendeiros e os novos cidadãos livres, sobretudo aqueles que permaneceram nas mediações da fazenda e nos redutos de influência política desses primeiros, como foi o caso de Januário “que nunca deixa o seu ex-senhor, que lhe arranhou uma choupana, em que se casou com Geralda, escrava de Misael Lopes, muito mais clara e formosa mulata” (ALVES, 1960: 25). Ao que tudo indica, Januário teria negociado com seu ex-senhor a sua permanência na fazenda em troca de um espaço para morar com sua família, separado das instalações da antiga casa grande.

Assim como Januário, outros tantos indivíduos recém-integrados à sociedade na condição de cidadãos livres sabiam que estavam se deparando com um mundo incerto e cheio de precariedades, por isso procuravam agir de acordo com a percepção das fraturas da própria sociedade que abria brechas para suas escolhas. Assim, ao optarem pela permanência nas fazendas, mediante acordos orais ou contratos de locação, também estavam fazendo opção

por uma certa estabilidade da vida e do trabalho, capaz de prover uma subsistência apropriada e estável, em detrimento de ganhos estritamente pecuniários.

O relato de Seu Argeu, com idade “perto de noventa anos” em 1933, sugere uma possível estratégia de seu ex- senhor, motivado pela preservação de seu patrimônio social, para tentar manter os ex-escravos ligados ao engenho, depois do 13 de maio. Segundo ele, “Seu Mata Pinto (seu senhor) *ajuntou* tudo, uns cem, para um samba, mandou abrir vinho, cachaça, melão com tapioca bestou, e de madrugada *diche* que tudo *tava* livre. Foi o diacho, a gente já sabia e fuguete *pipocou* à noite toda”. Ao que tudo indica em um primeiro momento a estratégia do ex-senhor não teria funcionado, pois “no outro dia não tinha ninguém mais no terreiro”.¹

As memórias de Seu Argeu sinalizam a importância daquele dia para os seus iguais, apontando inicialmente para a necessidade de sair daquele espaço de vivências e lembranças que procuravam esquecer e distanciar-se, embora talvez não por muito tempo, já que voltar a viver nas fazendas, onde praticamente continuariam exercendo as mesmas funções e estariam amparados pela proteção do proprietário da terra, era uma possibilidade grande de driblar as incertezas. Ele próprio foi parar em outro engenho, o do Major Medrado, onde continuou no trabalho da moenda, mas “ninguém me bate, vochê brinca comigo, Iaiá me dá dinheiro pra o pito, seu capitão brinca também comigo. Só não trabaio nas chuvas”.

Certamente em permanentes negociações e tensões com os fazendeiros, como em alguns casos até mesmo com a justiça, pequenos proprietários, rendeiros e meeiros articularam vivências do passado com elementos do presente, de forma que pudessem reinventar valores, comportamentos, atitudes, traços de relações de poder que garantissem dignidade e condições de sobreviver em meio às adversidades da nova conjuntura pós-abolicionista e republicana.

As mudanças políticas e econômicas processadas com a abolição e o advento da República abalariam profundamente a já então frágil economia baiana, com seus graves problemas internos e externos. No município de Santo Antonio de Jesus, muitas propriedades rurais foram vendidas ou expostas a leilão, seja devido à morte do ex-senhor proprietário ou mesmo por dívidas acumuladas.² Tal situação nos leva a pensar também na possibilidade das relações de poder no Recôncavo Baiano serem “muito menos produto da importância e do vigor dos senhores de terras, do que da sua decadência”, conforme chamou atenção Leal.

¹ Entrevista de ex-escravo publicada no Jornal Semanário Escudo Social de 14 de outubro de 1933. Arquivo Público de São Felipe.

² Inventários consultados no Arquivo Público de Santo Antonio de Jesus, bem como matérias publicadas no Jornal Palladio indicam essa situação no Recôncavo sul baiano.

Entretanto, mesmo que no campo político admita-se que os trabalhadores rurais lutassem “com o *coronel* e pelo *coronel*”, essa possibilidade não anularia o poder de barganha dos trabalhadores rurais, uma vez que estar sob a proteção de alguém que tinha posses e poder político poderia ser uma estratégia de sobrevivência que de algum modo garantia maior equilíbrio no enfrentamento das dificuldades como também na construção das identidades. Há que se chamar atenção de que no Recôncavo sul não havia propriedades muito extensas e a grande maioria dos proprietários rurais estaria mais para *remediados* do que para grandes fazendeiros, o que talvez explique a aproximação que existia entre os trabalhadores e os donos das propriedades, onde muitas vezes *patrões* e *agregados* se juntavam para exercerem determinados tipos de atividades, como por exemplo, “panhação de café” e a “manocação de fumo”.³

Ao se pensar a passagem do trabalho escravo para o livre de forma linear e esquemática, propagou-se a idéia de que os negros foram entregues à própria sorte, sem que houvesse integração na sociedade⁴. Difundindo tal idéia “os estudos do pós-abolição, tanto no Brasil quanto nas Américas, encontram-se ainda hoje associados aos estudos e diagnósticos sobre a escravidão”. Logo, “a herança da escravidão como argumento moral e a narrativa de despontecialização dos negros no pós-abolição, tem influenciado a pesquisa histórica desde os clássicos até os dias de hoje” (GRINN, 2008). Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido em direção à superação dessa visão da historiografia, em que se tenta captar temporalidades diversas nas experiências vividas, que coloquem em cheque tais interpretações de cunho causal e determinante.

É com esse olhar que enfrentamos a presente análise, a partir de um viés microscópico⁵, focalizando uma área do Recôncavo Baiano que manteve fortes vínculos com a economia açucareira, mas caracterizou-se fundamentalmente pela cultura do fumo, do café e dos produtos de subsistência desde o período colonial, imbricando-se a novos elementos do processo de urbanização verificados na República.

Desde o período colonial a prática da agricultura de subsistência fora um elemento

³ Em memórias escritas entre 1961 e 1962 por Eduardo de Souza Almeida (pertencente a uma das famílias proprietárias de terras do Recôncavo sul), publicadas com o título “Memórias de um Paria” ele afirma que “em geral ajudávamos em todos os serviços, catando café, manocando fumo, raspando mandioca, varrendo casa; tudo fazia-se enquanto não chegava o cansaço ou algum divertimento, uma merenda ou sono”.

⁴ Entre os primeiros trabalhos que defenderam tais idéias, destacam-se FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. IANNI, Otávio. *Raças e classes sociais no Brasil* & CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*.

⁵ Para maior aprofundamento dessa concepção metodológica ver LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana – escalas, indícios e singularidades*. BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* & LEVI, Giovanni. *Centro e Periferia di uno Stato Assoluto*.

forte da economia no Recôncavo, sendo incluída nos próprios domínios da grande lavoura com o emprego da mão de obra escrava, que tratava da lavoura principal e comumente recebia um dia da semana para tratar de suas roças. No sul do Recôncavo o cultivo de mandioca, milho e amendoim, articulado com a produção de cana-de-açúcar, fumo e café viria de uma tradição de policultura na economia local que “não chegou a ser grande produtora de açúcar, e especializou-se principalmente no cultivo de mandioca e no fornecimento de lenha e madeira para Salvador e às demais áreas do Recôncavo” (SCHWARTZ, 1888: 83). Esse importante mercado interno de farinha de mandioca e outros gêneros foram essenciais para o funcionamento do núcleo exportador entre o final do século XVIII e o início do século XIX, onde a relação entre o setor de exportação e o de subsistência ocorreu como complementaridade e não em termos de “contraponto” (moderno X arcaico) como convencionalmente foi tratado. (BARICKMAN, 2000; SILVA, 2001).

A cultura fumageira se disseminou por todo o território da província da Bahia durante o século XIX, tendo como áreas exportadoras as que se situavam nas proximidades do litoral e nos municípios de Cachoeira, São Félix, Cruz das Almas, São Felipe, Santo Antonio de Jesus, Nazaré, São Miguel das Matas, todas no sul do Recôncavo (MATTOSO, 1992: 86). A lavoura necessitava de poucos investimentos, portanto era acessível a pequenos proprietários rurais, meeiros e rendeiros que faziam suas roças nos quintais e vendiam os produtos nas vendas ou armazéns das localidades.

Não é novidade que o final do século XIX e o início do século XX foram marcados por um retraimento econômico na produção e comercialização do açúcar e do café; por longos períodos de estiagem que assolavam o Sertão e o Recôncavo na Bahia, onde até mesmo a farinha de mandioca, tradicional produção da região tornou-se rara em períodos diversos, o que contribuiu para um aumento significativo de pessoas que perambulavam pelas vilas e cidades à procura de um meio para sobreviver.⁶

Nesta área de fronteiras econômico-sociais e étnicas, a partir da emancipação dos escravos e do advento da República foram recriadas práticas de negociação e conflito no cotidiano do trabalhador do campo, inclusive com a permanência de laços de dependência e lealdade reestruturados no dinamismo das experiências e vivências sociais do pós-abolição. Não por acaso há grande quantidade de contratos registrados em escrituras de arrendamentos de terras do final do século XIX e início do século XX, além daqueles que eram celebrados

⁶ O jornal Nova Era do município de Maragogipe em 1 de fevereiro 1899 traz a matéria “A seca”, afirmando que para amenizar o problema da falta de farinha na localidade, o Intendente e o Centro Operário da cidade mandam trazer farinha da cidade de Nazaré das Farinhas.

através da oralidade, conforme assinalam as memórias de Seu Deocleciano, meeiro e rendeiro por toda a sua vida ao afirmar que também assim viveu seu pai, do “tempo da escravidão” em fazendas fronteiriças localizadas entre os municípios de Conceição do Almeida e Santo Antonio de Jesus. Embora não tenha sido o caso de seu Deocleciano e ainda não tenhamos condições de afirmar com maior precisão, essa tendência para as práticas de arrendamento e meação na região pode ser ainda um indício forte de que muitos descendentes de escravos teriam acumulado algum recurso através do cultivo do fumo – conhecido como roça de pobre –, além dos produtos de subsistência e da criação de animais, possibilitando a aquisição de pequenos lotes de terra.

Seu Vicente Bispo dos Santos⁷, hoje com 76 anos, assim como sua mulher, Maria Madalena de Jesus, com 77 anos, nasceram na Fazenda Boa Esperança, localizada no município de Santo Antonio de Jesus, propriedade de Rosalvo Fonseca que fora Intendente do município na década de 1920. Nas terras dessa fazenda “já chegou a ter 30 rendeiros” conforme afirma Seu Vicente que lá ainda reside em uma casa cercada por um pedaço de terra, onde cultivava produtos para a subsistência. Seu pai, chamado Teles, teria chegado nesta fazenda com mais ou menos 09 anos de idade, para onde foi levado para terminar de se criar, permanecendo como trabalhador e rendeiro até morrer há dezoito anos atrás. As memórias de Seu Vicente se reportam à sua mãe Maria São Pedro de Jesus e a seus avós maternos Emílio Pereira e Maria Francisca muito provavelmente do tempo da escravidão. Sobre seu pai relembrou que ele lhe falava sobre seu avô que foi do “tempo dos escravos” e vivera em terras fronteiras à fazenda. O pai de D. Maria, Marcolino Almeida dos Santos, também viveu por muito tempo como rendeiro na Boa Esperança, falecendo em 1968, com 86 anos. Dos 11 filhos de Seu Vicente e D. Maria, 06 sobreviveram à mortalidade infantil, e, embora tenham se espalhado por vários lugares à procura de melhores condições de vida, sendo que um deles trabalha na usina em Angra dos Reis, é significativa a permanência da sua família durante tantos anos na mesma fazenda.

A narrativa de Seu Vicente é marcada por uma trajetória de afetividades e *cortesia* construída na relação com os proprietários da fazenda, com os quais teria uma relação quase parental, já que foi “irmão de leite” de um dos filhos do casal que nascera no mesmo período que ele. Essa parece ter sido uma prática recorrente na região, onde o filho da *patroa* mamava no peito da *agregada* e vice-versa, demonstrando assim uma cumplicidade forte entre ambas que se comprometiam com cuidados e zelos constantes nas suas relações cotidianas,

⁷ Entrevista realizada em 22 de julho de 2008.

driblando, portanto, a barreira econômica que os separava.

Sem dúvida, essa prática dimensionava laços de conexões pessoais e políticas, ampliando as redes de compromisso e lealdade existentes entre fazendeiros, meeiros e rendeiros, reforçando as expectativas de reciprocidade, entre os quais certamente estaria também o voto nos candidatos apoiados pelo patronato local. Não era a toa que as elites locais em suas campanhas eleitorais focavam com bastante veemência a necessidade de investimento na educação pública, afinal de contas havia um reduzido número de eleitores, tendo em vista que só quem poderia votar eram os alfabetizados.⁸

Um estudo sobre a Paraíba que tem como foco a oligarquia dos *Pessoa* enfatiza a política e a parentela, estabelecendo ligações entre as instituições do Estado com as estruturas informais mantidas pelo parentesco, a amizade política e a associação pessoal. A autora afirma que “na época do advento da República, os laços familiares, por si sós, não poderiam fornecer um nexos adequado para a organização e mobilização política local” (LEWIN,1993). Tais reflexões nos ajudam a pensar nas redes estabelecidas entre fazendeiros e trabalhadores rurais do sul do Recôncavo baiano, na medida em que chama a atenção de que os laços de parentesco familiar, embora fossem importantes, não seriam suficientes para garantir os interesses políticos, era fundamental estabelecer “vínculos informais”, relações pessoais que incluíam também a “amizade política”. Também esse sentido influenciou o investimento em relações como o compadrio por batismo e/ou casamento, funcionando como um tipo de parentesco fictício, alicerçado em uma política de compromissos.

Tais elementos faziam parte do jogo de interesses e comportamentos numa ordem em que aqueles que não tirassem vantagem das trocas para obter certos ganhos, poderiam ser condenados ao enfrentamento de caminhos menos seguros e até mesmo ao desaparecimento. Nesse sentido, as relações de compadrio constituíam situações em que os grupos hierarquicamente desiguais e diferentes compartilhavam valores semelhantes. Assim, por exemplo, embora o trabalhador rural não se tornasse padrinho de um filho do proprietário das terras onde vivia e morava, era comum aos fazendeiros tornarem-se padrinhos de batismo ou de casamento dos filhos de seus subordinados, simbolizando uma parentela fictícia e ritual naquela relação, de forma a acentuar compromissos, evitar constrangimentos e aumentar a rede de proteção, prestígio e poder na hierarquia social.

Para os que moravam nas terras de outrem era sim um bom negócio estreitar os

⁸ Em vários números do jornal *O Palladio* do período que vai do final do século XIX e início do século XX é possível observar em seus editoriais uma preocupação grande no que diz respeito à educação pública no município de Santo Antonio de Jesus.

vínculos com o proprietário, pois dessa forma poderiam aumentar a probabilidade de permanência no lugar e de acesso a outros direitos informais, além de estabelecer afetividades e proteção. Já os fazendeiros, por sua vez, reforçavam o prestígio e o apoio político ao ampliar esses compromissos tanto com os subalternos como com outros fazendeiros, tentando assegurar lealdades e reciprocidades em torno de ajuda mútua por obrigação. Dessa forma, podiam garantir a manutenção das atividades da fazenda como também a proteção pessoal em casos de rixas com vizinhos e disputas políticas com adversários.

A respeito das relações de compadrio Queiroz (1976) em importante estudo sobre o campesinato brasileiro constatou que “existem também maneiras variadas de se estabelecer laços de compadrio além do batismo: compadres de fogueira ou de São João, padrinhos da Semana Santa, constituem laços estabelecidos entre indivíduos que voluntariamente desejaram se unir por meio deles”.⁹ Tais elementos do compadrio estiveram presentes no cotidiano das populações do Recôncavo sul baiano, reforçando a parentela e a integração social nas diversas localidades, conforme se pode perceber através das memórias. Em relação ao compadrio de batismo, destaca-se o fato de que nos registros paroquiais aparece ao lado do padrinho, em número bastante significativo, a referência a Nossa Senhora como madrinha, o que aponta para um forte elemento da tradição cristã católica na vida dessas pessoas, que além de contar com a proteção do padrinho humano conta também com a proteção da madrinha santa.

Não há como negar, portanto, que os trabalhadores rurais, advindos do processo de abolição da escravidão, tiveram um papel significativo na constituição dessas relações, reforçando, alterando, movimentando as estruturas da sociedade. Portanto, não nos parece apropriado conceituá-los como “magotes que engrossavam as fileiras da ignorância e da dependência”. Afinal de contas, os laços de dependência que se processavam em tal conjuntura tanto pesavam do lado dos fazendeiros como do lado dos trabalhadores rurais, envolvendo desde o econômico até o social e político, o que quer dizer que o sistema de reciprocidades era muito mais intenso e complexo do que se pode supor.

No jogo permanente dos arranjos e das relações de interdependência com os fazendeiros, esses indivíduos articularam vivências do passado com elementos do presente, de

⁹ Nesse estudo sobre O Campesinato Brasileiro, Maria Isaura Pereira de Queiroz propõe uma reflexão sobre a visão dicotômica do Brasil moderno X arcaico, contribuindo com um enfrentamento sociológico da questão do campesinato, chamando atenção de que “diferenças de tamanho de áreas, diferenciação de recursos monetários, determinaram a existência de três níveis diversamente colocados de um ponto de vista hierárquico: os camponeses ricos, ou “lavradores”, dotados de animais para a labuta da terra; os camponeses remediados ou “braçais”, utilizando os braços da família como força de trabalho; os “jornaleiros”, ou trabalhadores sem terra, que muitas vezes eram alimentados, abrigados e vestidos pelo patrão, recebendo ainda pequeníssimo salário (“jornada” ou “diária”).

forma que pudessem preservar valores, comportamentos, atitudes, traços de relações de poder que garantissem dignidade e condições de sobreviver em meio às diversidades estruturais mediatizadas pelo Estado republicano. Logo, essas relações foram marcadas também por diversos constrangimentos, como o desvio dos acordos de contratos e também as atitudes agressivas e violentas despertadas em ambas as partes, sobretudo devido ao descumprimento dos acordos.

Em 16 de maio de 1894 compareceu ao Juiz de Paz em exercício no município de Santo Antonio de Jesus o cidadão Graciano Speridião Duarte, alegando que Manoel Domingues Ferreira lhe era devedor da quantia de noventa mil reis, proveniente de um resto de safra de café que este lhe comprou e teria ajustado com o próprio Manoel para limpar seu cafezal, mas este tendo desviado do contrato que fez, dissera-lhe “que se retirasse do seu sítio que queria tomar conta para tratar visto como ele não cumpriu com ele como tinha tratado”. O autor da acusação, Graciano, teria se apressado a pagar ao acusado a dita quantia alegando que ficaria pelo seu trabalho “feito na limpa dos cafés esta mesma por metade”. O suplicado Manoel, tendo a palavra concedida, afirmou ter feito contrato com o suplicante no valor de noventa mil réis por um ano, mas “como este não deixou completar o ano lhe expulsou para fora do sítio, dando-lhe com isto alguns prejuízos e que por este motivo se opõe a pagar-lhe a dita quantia, alega que se acha também com direito de lhe ser pago o seu trabalho feito no dito sítio da limpa dos cafés”.¹⁰ Embora não tenhamos acesso ao desfecho do caso, tampouco possamos identificar a cor dos indivíduos envolvidos na questão, essa queixa exemplifica como também eram tensas e conflituosas as relações entre proprietários de terras e trabalhadores rurais não proprietários. Ainda sobre essas tensões, as memórias de Seu Deocleciano, embora um pouco confusas, sinalizam que seu pai, durante sua vivência de meeiro em uma fazenda, teria feito uma grande roça de mandioca, mas o patrão botou o olho em cima e criou questão, fato que teria desencadeado a fuga do mesmo para uma mata, onde permanecera escondido até a morte, para escapar das perseguições.

Essas práticas tensas e conflituosas parecem ter sido comuns entre proprietários e não proprietários e mesmo entre proprietários de pequenas parcelas de terras que notadamente também exerciam a função de meeiros e rendeiros no Recôncavo sul baiano, o que evidencia a face conflituosa dos arranjos econômicos e sociais que moviam as ações e as relações de poder entre os indivíduos.

¹⁰ Caixa de Livro Protocolo – Notas do Escrivão de Paz do município de Santo Antonio de Jesus (1892 a 1898).

Referências

- ALMEIDA, Eduardo de Sousa. *Memórias de um pária*. Salvador/Ba: Adipro Gráfica e Editoração, 2006.
- ALVES, Isaías. *Matas do Sertão de Baixo*. Rio de Janeiro: Reper Editora e Publicidade, 1967.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano – açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra-Capa, 2000.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) *Recôncavo da Bahia, sociedade e economia em transição*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado: ALB; UFBA, 1998.
- BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política, 1870-1888*. Salvador: CEB, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ELIAS, Nobert. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro da Sociedade de Classes*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Ática, 1978.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- GRENDI, Edoardo. “La micro-analise: fra antropologia e storia”. In: *Polanyi: dall’antropologia econômica alla microanalisi storica*. Milão: Etas Libri, 1978.
- GRINN, Mônica. “O legado moral da escravidão”. *Revista Insight*. Julho/Agosto/Setembro de 2008. Págs. 57 a 66.
- IANNI, Otávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. Revista Projeto História nº 16. São Paulo, fevereiro de 1998.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEVI, Geovanni. *Centro e Periferia di uno Stato Assoluto*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. São Paulo: Record, 1993.
- LIMA, Henrique Espada. *A micro-história italiana – escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- MATTOSO, Kátia Maria Queiroz. *Bahia, Século XIX – Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: Significados da liberdade no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995/ Nova Fronteira, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Camponato Brasileiro – ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes Ltda, 1976.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- RIOS, Ana Lugão & MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RIOS, A. & MATTOS, H. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. In: *Topoi*, v. 5, nº. 8, 2004.
- SANTOS, Milton. A rede urbana no Recôncavo. In: *Recôncavo da Bahia, sociedade e economia em transição*. Salvador, Fundação Casa de Jorge Amado: ALB; UFBA, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. Cia das Letras, 1988.
- _____. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2001.
- SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Dissertação de Mestrado em História, FFCH/UFBA. Salvador, 2001.